

**POVOADORES DE S. PAULO – MESTRE BARTOLOMEU GONÇALVES
(ADENDAS ÀS PRIMEIRAS GERAÇÕES)**

H. V. Castro Coelho

Resumo: *Antepassado de numerosas famílias de S. Paulo e do Rio de Janeiro, descritas por Pedro Taques, Silva Leme e outros autores.*

Abstract: *Ancestor of several families of S. Paulo and Rio de Janeiro, this described by Pedro Taques, Silva Leme and other authors.*

§ 1º

I- BARTOLOMEU GONÇALVES, n. em Portugal por 1505, que primeiro se chamou Domingos Gonçalves (RIHGSP, XLIV, 263) veio para Capitania de S. Vicente em serviço real, na esquadra sob o comando do Donatário Martim Afonso de Sousa, em 1532 e por mais de vinte anos serviu aos Capitães e Justiças e assim ao povo no ofício de mestre ferreiro. Exerceu por dois anos um posto com soldo e viveu em Santos como sesmeiro e agricultor.

Teria casado em Portugal por 1530 ou em S. Vicente por 1537/38 com Antônia Rodrigues, por ocasião do estabelecimento na Capitania das famílias dos portugueses, trazidos por Martim Afonso, e de mulheres européias. Requeriam os povoadores a concessão de novas terras com a chegada dos familiares¹.

Foi mencionado com sua mulher, Antônia Rodrigues, pelo filho Baltazar Gonçalves, nos processos “*Informativo de S. Paulo, ano de 1622*” e “*Apostólico de S. Paulo, anos de 1627/28*”, relativos à beatificação do Padre José de Anchieta. Baltazar Gonçalves, n. cerca de 1540/1544, membro da governança eleita de S. Paulo, fora qualificado tes-

¹ MADRE DE DEUS Frei Gaspar da. *Memórias para a História.....* 4 ed., jun. 1953, pp. 63, 64 e 113.

temunha para depor nesses processos com diversas pessoas antigas e principais da Capitania (Revista da ASBRAP nº 3, p. 9/56).

Segundo os autores, recebeu Mestre Bartolomeu de Martim Afonso de Sousa, em 1532, uma sesmaria na ilha de S. Vicente, nas proximidades do lugar da futura vila de Santos, expedida a carta de data depois de 1537 pelo Capitão Mor Antônio de Oliveira, governador da Capitania de S. Vicente no 1º período de 1537/42.

Situava-se a sesmaria no “*caminho antigo*”, aberto por Pascoal Fernandes Genovês, condestável da Bertioga, e Domingos Pires, ligando suas fazendas do referido lugar à vila de S. Vicente (RIHGSP, XLIV, p. 218, 219 e 244)². Requereu Mestre Bartolomeu a demarcação judicial de suas terras com os sesmeiros confrontantes, João Eanes e Geraldo de Avis, e obteve a sentença de posse por despacho do Cap. Mor e Ouvidor Brás Cubas, a 7 de junho de 1545 (id., p. 242 e 243). No mesmo ano, a 19 de dezembro, adquiriu de Pascoal Fernandes Genovês, por escritura do tabelião João Vieira, uma área de terras em Santos para casas e quintal “*ao redor da cerca desta povoação*” (id., p. 282).

Mestre Bartolomeu e seu vizinho Cap. Mor Brás Cubas demarcaram amigavelmente suas terras, conforme a escritura do tabelião Luís da Costa, lavrada em Santos a 4 de fevereiro de 1547 (id., 244). O mencionado “*caminho antigo*” tornou-se conhecido alguns anos depois como “*o primeiro das laranjeiras do M^e. Bartolomeu*” (id., 217). Conforme se informou, em 1581, “*tinha uma casa no outeiro aonde esta hoje em dia hum laranjal*” (id., 218) defronte do lugar onde o Capitão José Adorno e s/m. Snra. Catarina Monteiro instituíram, em 1562, a ermida de Nossa Senhora da Graça³.

Principiava o referido caminho antigo, de Santos para S. Vicente (descrito em 1581) pelas antigas terras de M. Bartolomeu, no outeiro das laranjeiras, defronte à mencionada ermida, e seguia pelo mato até as terras que pertenceram a Manuel de Chaves (em 1564, padre jesuíta) pegadas às

² Entre os sesmeiros dessa região, de 1539 em diante, aparecem os portugueses Luís de Góis da Silveira, fidalgo da Casa de El Rei C.c. Catarina de Andrade e Aguilar, Pascoal Fernandes Genovês, condestável da Fortaleza da Bertioga em 1552, C.c. Margarida Fernandes, Antônio da Peña C.c. Francisca de Góis, Domingos Pires C.c. Catarina Gonçalves, Cap. Mor Brás Cubas, Moço da Câmara de El Rei, em 1540, e Cavaleiro Fidalgo da Casa de El Rei, em 1551 (RIHGSP, XLIV, p. 230-234) etc.

³ A 24 de abril de 1589 “*José Adorno e a Snra. Sua mulher Catarina Monteiro*” doararam a dita ermida com as terras anexas aos padres do Carmo para a construção nesse local do convento da Ordem (RIHGSP, XLIV, p. 237).

terras de João Gonçalves, já falecido e continuava pelo mato à direita ao pé das terras que foram de Jorge Barbosa, saindo no tanque ou fazenda de S. Jorge, para os lados das terras do Cap. Mor Antônio de Oliveira, falecido, e desse lugar à vila de S. Vicente (id., 217/219).

A 26 de janeiro de 1555, obteve M. Bartolomeu nova sesmaria, com a carta de data expedida pelo Cap. Mor Brás Cubas (governador da Capitania no 2º período, de 1555/56).

Vivia sua mulher nesse ano e tinha as filhas para dotar (Cartório da Provedoria da Fazenda Real de S. Paulo, livro I, ano de 1555, fls. 9)⁴.

Faleceu cerca de 1556/57, com inventário aberto em Santos.

Deixou somente filhos em menoridade, nascidos entre os anos de 1538 e 1554. Sua mulher já seria falecida em 1559, por não vir mencionada nos negócios de heranças dos filhos e genros de M. Bartolomeu (RIHGSP, XLIV, p. 241/265 – onde diz irmãos leia-se genros). Em 1589, as terras do Cap. Mor Brás Cubas, doadas em testamento à Ordem do Carmo, e as terras dos herdeiros de M. Bartolomeu confinavam por um ribeiro que devia servir de aguada ao Convento de Nossa Senhora do Carmo (id., 253).

Conforme escreveram os autores, pela localização central de sua sesmaria na ilha de S. Vicente, próxima a Santos, aparece M. Bartolomeu Gonçalves constantemente mencionado nos processos judiciais de demarcação de terras requeridos nessa vila, no século seguinte, pelas Ordens do Carmo e de S. Bento, envolvendo propriedades da Santa Casa de Misericórdia, da Câmara e de outros confrontantes (id., 271/276). Possuíam essas Ordens, por compra ou através dos legados pios, numerosas áreas de terras na ilha de S. Vicente e no litoral (Ordem do Carmo, ANRJ).

Viveram os filhos de M. Bartolomeu, nos primeiros anos da Capitania com ofícios mecânicos, eleitos ou nomeados algumas vezes para os cargos da Câmara, e também como sesmeiros e agricultores.

Pais de:

- 1 (II)- APOLÔNIA VAZ, n. por 1539, C. por 1554 c. RODRIGO ÁLVARES, mestre de navios, vindo para S. Vicente em 1553; segunda vez C.c. Antônio Gonçalves dos Quintos, que instituiu herdeira de seus bens a Ordem do Carmo – segue.
- 2 (II)- MARIA GONÇALVES, n. por 1541, C. cerca de 1555 c. AFONSO SARDINHA. Erigiram, em 1615, uma capela em louvor a Nossa

⁴ MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a História.....* 4 ed., jun. 1953, p. 113 (Edição 4º Centenário de São Paulo).

- Senhora da Graça, no Convento de Santo Inácio, da vila de S. Paulo, com doação de seus bens à Ordem Jesuítica.
- 3 (II)- BALTAZAR GONÇALVES, n. em 1540/44, membro da governança de S. Paulo, amigo do Padre Anchieta, de quem recebeu duas cartas - § 2º
- 4 (II)- BEATRIZ GONÇALVES, n. por 1543, C.c. SEBASTIÃO FERNANDES FREIRE, mestre de açúcar.
- 5 (II)- BRÁS GONÇALVES, n. por 1545, almotacel em 1576, genro de Fernão Álvares que lhe doou terras em S. Paulo - § 4º.
- 6 (II)- (?) DOMINGOS GONÇALVES, n. por 1547, que deve ser o almotacel de S. Paulo, em 1583 (em estudo).
- 7 (II)- GONÇALVES, n. por 1549, C. por 1565 c. JOÃO PIRES, o ruivo, alcaide em 1560. Segue no § 7º.
- 8 (II)- GONÇALVES, n. por 1551, C. por 1566 c. MARCOS FERNANDES, o velho, viúvo de Medeiros (Revista da ASBRAP nº 16, p. 99).
- 9 (II)- VITÓRIA GONÇALVES, n. por 1553, era casada em 1569 com ANDRÉ RIBEIRO.
- II- APOLÔNIA VAZ, n. por 1539, C. por 1554 c. RODRIGO ÁLVARES, o velho, mestre de navios, vindo para a Capitania de S. Vicente em 1553, provável irmão de Luís Álvares, C.c. Beatriz de Lucena, que foi um dos primeiros plantadores de cana de açúcar em Santos (RIHGSP, XLIV, 219 e 266).
- Possuía Rodrigo Álvares diversas sortes de terras na ilha de S. Vicente, havidas por herança ou por compra das legítimas dos cunhados no inventário do sogro, além das terras adquiridas de outras pessoas.
- Requereu e obteve duas sesmarias em Santos, despachadas, a primeira, a 7 de janeiro de 1570, pelo Cap. Mor Jorge Ferreira, e a segunda, a 12 de março de 1573, na Bertioga, pelo Cap. Mor Antônio Rodrigues de Almeida, governador da Capitania de Santo Amaro, de Pero Lopes de Sousa; declarou residir em S. Vicente há vinte anos, com mulher, filhos e filhas, prestando muitos serviços a Sua Alteza, e que sempre lavrou nas terras da Bertioga (Ordem do Carmo, ANRJ).
- Teve uma demanda com o Cap. Mor Brás Cubas (falecido em 1592) sobre as divisas de uma sesmaria na paragem de “*Jatam*”, termo da vila de S. Paulo, somente concluída após a morte dos litigantes pelos herdeiros Luís Álvares e Cap. Mor Pedro Cubas (Ordem do Carmo)

Faleceu por volta de 1575 e foi inventariado em Santos; deixou filhos e filhas.

Casou a viúva cerca de 1577 com Antônio Gonçalves dos Quintos (n. por 1550) vindo para Santos pouco antes de setembro de 1576, membro da Câmara dessa vila e procurador do concelho em 1581 (RIHGSP, XLIV, p. 219). Obteve Antônio Gonçalves dos Quintos dos governadores cerca de sete sesmarias no litoral (Ordem do Carmo, ANRJ):

1ª-A 2 de setembro de 1576, em S. Sebastião, no lugar chamado “*Piraquaruçú*” (por despacho do Cap. Mor Antônio Rodrigues de Almeida, governador de Santo Amaro).

2ª-A 2 de setembro de 1579, além da praia da Bertioga, uma légua em quadra, onde acabavam as terras de Simão Machado (p. desp. do Cap. Mor Salvador Correia de Sá, governador do Rio de Janeiro).

3ª-Na mesma data, em S. Sebastião, meia légua em quadra no lugar chamado “*Piraiquê*”, o rio desse nome em meio da quadra (p. desp. do Cap. Mor Salvador Correia de Sá).

4ª-Na mesma data, na Bertioga, terras onde sempre lavrou seu antecessor, Rodrigo Álvares, partindo ao norte com terras de João Pires, o ruivo, já falecido, e de Bartolomeu Antunes e ao sul e sueste com terras de Luís de Barros (conforme a carta de confirmação do Cap. Mor Salvador Correia de Sá).

5ª-A 24 de julho de 1592 (ou 1594) em Guaratiba (além da Bertioga); alegou o requerente ser morador há muitos anos na Capitania e nela casado (p. desp. do Cap. Mor Jorge Correia).

6ª-A 20 de janeiro de 1593, no Cabo Frio, dada a ele e a Gonçalo de Pedrosa (p. desp. do Cap. Mor Jorge Correia, lavrada em Santos).

7ª-A 5 de março de 1601, na praia de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaem (Capitania do Senhor Lopo de Sousa, p. desp. de seu loco-tenente, sem referir o nome).

8ª-A 9 de fevereiro de 1609, carta de confirmação expedida pelo Cap. Mor Gaspar Conqueiro (Sesm., I, 218) da sesmaria situada além da Bertioga e em S. Sebastião, dada a ele e a Sebastião Peres Calheiros, com a declaração de serem os requerentes povoadores de muitos anos, tendo servido a S. Majestade e ao Senhor Lopo de Sousa em todas as ocasiões que se ofereceram na defesa da Capitania, desde S. Vicente até o Rio de Janeiro (por despacho do Cap. Mor Salvador Correia de Sá, em 1579).

Faleceu Antônio Gonçalves dos Quintos pouco antes de 1627. Por não ter herdeiros, legou em testamento à Ordem do Carmo toda sua fazen-

da na condição de encapelada, com a pensão de algumas missas a serem celebradas segundo as intenções que dispôs, com a aprovação da Ordem. Sua mulher faleceu em data não conhecida.

Por esse e outros legados pios ou por compra, possuía o Convento do Carmo de Santos uma grande área de terras no “*rio da Bertioga*”, de três léguas de testada, partindo com as terras do mesmo Convento e pelo rumo do sertão com os moradores da Capitania de Santo Amaro, sendo confirmada a posse dessas terras ao Reverendo Prior, Frei Constantino da Cruz, por uma “*Carta de Confirmação*” expedida em Santos, a 12 de abril de 1627 (?) pelo Cap. Mor Álvaro Rodrigues do Vale, loco-tenente do Donatário Conde de Monsanto (Ordem do Carmo, ANRJ).

Do primeiro matrimônio teve Apolônia Vaz “*filhos e filhas*”, nascidos entre os anos de 1555 a 1575, dos quais, ao menos, q.d.:

- 1 (III)- RODRIGO ÁLVARES, o moço, n. por 1557, morador em Santos e falecido por volta de 1600 (Ordem do Carmo, ANRJ).
- 2 (III)- LUÍS ÁLVARES, n. por 1559, residente em S. Paulo, que a 20 de setembro de 1587 assinou um requerimento do procurador do concelho, com vinte e dois moradores, todos declarados “*homens bons da camara*” (ACCSP, I, 328).

Casou por 1585 c. ANTÔNIA GAGO DA CUNHA (n. por 1569) fª de Henrique da Cunha e de s/m. Felipa Gago, naturais de Portugal. Entre seus filhos, Rodrigo Álvares Gago, casado em 1610 com Isabel Gonçalves, irmã do Cap. João Missel Gigante (juiz ordinário e de órfãos em Parnaíba em 1633 e 1635) filhos de João Messer Gigante e de s/m. Isabel Gonçalves (Revista da ASBRAP nº 7, p. 219).

- 3 (III)- ÁLVARES, n. por 1561, era casada em 1579 com SEBASTIÃO PERES CALHEIROS, natural de Portugal, ouvidor da Capitania de S. Vicente por provisão do Governador Geral Diogo Botelho (governou de 1602 a 1607) despachada na cidade do Salvador, a 26 de setembro de 1606 e, no mesmo ano, a 5 de dezembro, nomeado mamposteiro mor da dita Capitania pelo Desembargador e Provedor do Cível e Órfãos Francisco Freire de Siqueira (ACCSP, II, 154 e 169). Em 1613, exercia um cargo da Câmara, em Santos (id., 346).

A 9 de fevereiro de 1609, teve carta de confirmação, expedida pelo Cap. Mor Gaspar Conqueiro, de uma sesmaria situada além da Bertioga e em São Sebastião, que recebera de parceria

com Antônio Gonçalves dos Quintos, conforme a carta de data do Cap. Mor Salvador Correia de Sá, em 1579.

Herdou terras da sogra, Apolônia Vaz, por uma sentença judicial que alcançou no inventário de Antônio Gonçalves dos Quintos (Ordem do Carmo, ANRJ).

Em 1648, era membro da Câmara de Santos uma pessoa de nome Lourenço Peres Calheiros, creio seu filho ou neto (RGCSF, II, 150). Diversos “Peres” existiram no litoral.

4 (III)- (?) ÁLVARES, n. antes de 1575, C.c. GOMES. Segue.

III- (?) ÁLVARES, n. antes de 1575, C.c. GOMES. Teria falecido por 1620. Pais de, ao menos:

IV- DAMÁSIA GOMES, n. por 1607, C. antes de 1627 c. JOÃO PIRES PANCAS, n. por 1600, que devia ser filho de Gonçalo Pires Pancas, n. por 1574 (juiz ordinário em Santos em 1630) e de s/m. Maria Gonçalves, n. por 1583⁵ por esta, neto de Álvaro Fernandes, n. por 1557 (dono de terras em Santos e sesmeiro na Bertioaga) e de s/m. Isabel Gonçalves (n. por 1564).

Teve João Pires Pancas dote do “sogro” Antônio Gonçalves dos Quintos⁶ falecido pouco antes de 1627 (Ordem do Carmo, ANRJ).

Pais de, ao menos:

V- MARIA GOMES, n. por 1630, C.c. MANUEL BORGES DA COSTA. A 8 de junho de 1654, recebeu em dote dos pais, por escritura do tabelião Vicente Pires da Mota, lavrada em Santos, meia légua de terras no lugar chamado “Moracea”, do outeiro da “Jurea pequena”, em direção ao Sul até Parati, partindo ao norte com Antônio Amaro Leitão e ao sul com Antônio Bonete. Possuía seu pai essas terras por título de dote que lhe fez “seu sogro” Antônio Gonçalves dos Quintos (RIHGSP, XLIV, 291). Em outra relação de escrituras da Ordem do Carmo a data dessa doação de dote saiu transcrita 8 de março de 1678, creio por alguma disposição do arquivo ou por erro de transcrição (ANRJ).

⁵ Uma irmã sua, n. por 1581, era casada, em 1597, c. João Barbosa (Ordem do Carmo).

⁶ Por esses anos, algumas vezes se dizia “avô” ao padraсто dos pais; talvez pudessem também dizer “sogro” ao padraсто do falecido sogro (fica a dúvida para ser esclarecida).

§ 2º

- II- BALTAZAR GONÇALVES, n. em Santos, entre os anos de 1540/44, filho de Mestre Bartolomeu Gonçalves (§ 1º nº I) e de s/m. Antônia Rodrigues, casado cerca de 1571 com MARIA ÁLVARES, n. por 1555, fª de Fernão Álvares e de s/m. Margarida Marques, povoadores da Capitania de S. Vicente.

A 4 de fevereiro de 1572, na vila de S. Paulo, em pousadas do sogro Fernão Álvares, Baltazar Gonçalves e sua mulher venderam ao cunhado Rodrigo Álvares uma sorte de terras, herdadas do pai (RIHGSP, XLIV, 264).

Exerceu na câmara dessa vila os cargos de procurador do concelho em 1579, almotacel em 1580, vereador em 1602, sendo nomeado escrivão do campo de toda a Capitania em 1590, conforme provisão do Cap. Mor Jerônimo Leitão (ACCSP, I, 134, 165 e 401; II, 103; RGCSP, I, 22). Pela falta da metade das atas da Câmara, entre os anos de 1554 e 1599, ignoram-se outros cargos.

Na sessão da Câmara, a 20 de setembro de 1587, esteve presente como um dos vinte e três “*homens bons*”⁷ que compareceram para tratar de assunto relativo aos índios de paz (ACCSP, I, 328/29).

No final do mesmo ano, seguiu na bandeira de cinquenta brancos, com seus administrados, sob o comando de Domingos Luís Grou, dirigida contra o gentio guarulho revoltoso que ameaçava várias povoações, e somente voltou a S. Paulo em 1591 (ACCSP, I, 424).

Serviu nessa vila, depois de 1583, na tutoria dos órfãos de Marcos Fernandes, o velho (INV. E TEST., IV, 455) e, de 1600 em diante, dos filhos de Antão Pires, seu sobrinho, casado com Bárbara Mendes (INV. E TEST., I, 324).

Em requerimento conjunto com Belchior Carneiro, obteve da Câmara, a 12 de dezembro de 1598, vinte braças craveiras de chãos em quadra para casas e quintais, no caminho de Ibirapuera (Carta de Datas, I, 104).

A 7 de abril de 1601, por mandado dos oficiais da Câmara, lavrou o tabelião e escrivão Belchior da Costa um termo pelo qual o Ouvidor Luís

⁷ Foram essas pessoas, com os camaristas: Manuel Fernandes, Gonçalo Fernandes, Antônio de Saavedra, Afonso Sardinha, Fernão Dias, Salvador Pires, Domingos Leme, Afonso Dias, João Soares, João Eanes, Jerônimo, Sebastião Leme, João da Cunha, Domingos Fernandes, Antônio, Baltazar Gonçalves, Bartolomeu Bueno, Luís Álvares, Pantaleão Pedroso, Francisco Sanches, Pedro Alves, Francisco Farel e Antônio Preto.

de Almada deferiu o juramento dos Santos Evangelhos a Antônio de Proença e a Baltazar Gonçalves “*para que eles como velhos e antigos da terra fizessem ambos e cada um pelo bem da terra assim como se fez até aqui como demais que o dito ouvidor tem praticado na outra Câmara que adiante irá declarado e por itens escritos*” etc. (grafia atual). Prometeram os juramentados “*de fazer tudo pelos mais moradores e povo conforme o que Nosso Senhor desse a entender*” e assinaram com o ouvidor o termo (ACCSP, II, 92).

Segundo os autores, seguiu na bandeira do Cap. Nicolau Barreto ao Guairá, em 1602, e na de Martim Tenório a Mato Grosso, em 1608. Em 1611, Baltazar Gonçalves “*por se dizer que ele era o que fazia descobrimento*” (com idade de 67/71 anos) acompanhou um mineiro alemão às minas de Caativa, por ordem do provedor das minas Cap. Diogo de Quadros (ACCSP, II, 297).

Em S. Paulo, em 1623, no “*Instrumento de Abonação*” do procurador da Coroa Cap. Vasco da Mota e seus irmãos (com sentença do rei Filipe III) depôs com oito testemunhas, todas na condição de “*peças antigas nobres e qualificadas fidedignas*” (Genere, Lopo Rodrigues Ulhoa, 1613, ACMSP).

Também como testemunha prestou depoimento com a mulher, Maria Álvares, e numerosas pessoas principais, nos Processos Informativos de 1622 e 1627, para a beatificação do Padre José de Anchieta (Revista da ASBRAP nº 3). Declarou Baltazar Gonçalves (conforme escreveu o Padre Hélio Abranches Viotti): “*Por espaço de dezesseis anos, pouco mais ou menos, tratou com ele, assim nesta Vila de S. Paulo, como na vila de Santos, até ele se partir para a Capitania do Espírito Santo*”. “*Como santo que era, folgava de o acompanhar*”. “*Tem uma carta do dito padre e a estima como coisa de Santo. E que outra carta do mesmo padre, que tinha, lhe foi pedida, como coisa santa*”. Com sua mulher Maria Álvares presenciou e ouviu contar muitos milagres do Padre José de Anchieta⁸.

Faleceu Baltazar Gonçalves com testamento, antes de 2 de junho de 1632, conforme constou no testamento de sua filha Andresa Gonçalves, escrito a rogo pelo Padre Francisco Roxo na referida data (INV. E TEST., XXX, 133). Sua mulher teria sobrevivido.

⁸ VIOTTI, Padre Hélio Abranches, SJ. *O Processo Remissional de 1627-1628 em São Paulo Relativo à Canonização de Anchieta*. Trabalho apresentado ao Congresso de História Comemorativo ao IV Centenário da Fundação de São Paulo. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, nº CLIX, 1957, p. 202.

Pais de, ao menos:

- 1 (III)- MARIA GONÇALVES, n. por 1573, C.c. CLEMENTE ÁLVARES – segue.
- 2 (III)- JOSÉ, batizado em S. Paulo pelo Padre José de Anchieta, como havia prometido em Santos a Maria Álvares, a mãe.
- 3 (III)- GONÇALVES, C.c. GONÇALO VOGADO (SESM., I, 227).
- 4 (III)- MARGARIDA GONÇALVES, n. por 1590, C.c. CAP. FRANCISCO ÁLVARES CORREIA, o velho, natural de Portugal - § 3º.
- 5 (III)- BALTAZAR GONÇALVES, n. por 1587, que foi um dos brancos acusados na Câmara de S. Paulo, a 3 de abril de 1609, de apresar índios carijós nômades no Atuháí, de parceria com Henrique da Costa e de alguns espanhóis, ação proibida pelas leis e sujeita a penas de degredo e multa. Devia ser solteiro, pela declaração constante na ata de que seu pai, Baltazar Gonçalves (o velho) iria ser comunicado do fato com a ordem de entrega do gentio apreendido ao Alcaide Francisco Leão (ACCSP, II, 240).

Henrique da Costa, fº de Domingos Rodrigues e de s/m. Isabel Pais, faleceu em 1616 deixando viúva Custódia Lourenço. Casou a viúva, cerca de 1617, com Calixto da Mota, n. em 1591, que exerceu em S. Paulo os cargos de juiz ordinário em 1625 e 1626 e de governador da Capitania de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaem em 1639 e de 1640 a 1643 (RAMSP, LXX, 35 e 39).

Em S. Paulo existiu (a identificar) o Padre Baltazar Gonçalves, vigário de Parnaíba de 1639 a 1642 etc. (INV. E TEST., XXVIII, 9).

- 6 (III)- ANDRESA GONÇALVES, n. por 1593, C. por 1615 c. LUÍS DE ALBERNAZ, falecido poucos anos depois; segunda vez c. Antônio da Silveira, ourives, que morreu acidentalmente no sertão, sem geração. Faleceu Andresa Gonçalves em S. Paulo com testamento, em 1632, sendo o inventário aberto em seguida ao do segundo marido. Determinou ser sepultada na igreja matriz no jazigo do marido Luís de Albernaz, com o acompanhamento da Irmandade da Misericórdia e dispôs quarenta missas: em louvor ao Santíssimo Sacramento, a Santíssima Trindade, a Nossa Senhora, e por outras intenções. Possuía nove administrados (INV. E TEST., XXX, 130).

Teve uma filha:

IV- MARIA ALBERNAZ, n. em 1617, C. a de 1634 c. FRANCISCO DE ALMEIDA (Sé, fls. 4).

III- MARIA GONÇALVES, n. por 1573, C. por 1590 c. CLEMENTE ÁLVARES, n. por 1567/72, fº de Álvaro Rodrigues (inventariado em Santos) e de s/m. Catarina Gonçalves (creio nascidos em Portugal).

Foi batizado em S. Paulo pelo Padre José de Anchieta que lhe deu o nome de Clemente, por nascer numa quinta-feira santa (Revista da ASBRAP nº 3, p. 32).

Na Câmara dessa vila recebeu o cargo de almotacel em 1596 e 1600 (ACCSP, II, 17 e 69).

Faleceu Maria Gonçalves em 1599, com testamento escrito por Sebastião Leme e nomeado testamenteiro o pai. Doou a metade da terça (27\$485) à Ordem do Carmo e encomendou três ofícios de um noturno cada um, ao presente, ao mês e ao ano, com suas missas cantadas a Nossa Senhora do Carmo, a São Miguel e

Seria enterrada na igreja da Companhia, que servia de Matriz. No inventário, entre os bens houve: casas na roça, de dois lances, assobradada, de telha, forrada e cercada, cento e dez cabeças de gado, nove escravos e cartas de chãos, somando o partível 329\$830 (INV. E TEST., I, 185).

Casou o viúvo em 1601 com Maria Tenório, fª do Cap. Martim Rodrigues Tenório de Aguilar e de s/m. Susana Rodrigues (S.L., título Tenórios).

Faleceu sua 2ª mulher em 1620, sem testamento, com o monte partível de 318\$850 e 131 administrados. Teve 19 missas em sufrágios (INV. E TEST., nº 44, p. 9). Casou o viúvo com Ana de Freitas, sem geração.

Em 1606, registrou Clemente Álvares na Câmara várias minas de ouro que há quatorze anos andava a descobrir à sua custa (ACCSP, II, 172). Obteve sesmarias em 1609, com o sogro (SESM., I, 75 e 77); em 1619, alegando estar a serviço de S. Majestade na descoberta de minas, e outra no ano seguinte (SESM., II bis, 64 e 99). Em 1626 Clemente Álvares e Manuel Preto, eleitos no pelouro não puderam exercer o cargo de vereador, por seus envolvimento em processos judiciais (ignora-se a defesa dos camaristas). Iriam substituí-los Lucas Fernandes Pinto e Pedro Leme, o velho (ACCSP, III, 213).

No ano seguinte, a 25 de novembro, depôs Clemente Álvares no Processo Apostólico de S. Paulo para a beatificação do Padre José de An-

chieta (conforme escreveu o Padre Hélio Abranches Viotti, S.J.): sempre tratou com o Padre Anchieta até seu falecimento (em 1597). “*Ajudava-lhe a missa frequentemente. E o notava por homem de muita oração, pelo ver posto nela muitas vezes*”.

Vindo Anchieta do Espírito Santo a S. Paulo, na qualidade de visitador pelos anos de 1593-1594, e “*chegando o dito padre a sua casa (de Clemente Álvares em Ibirapuera) notara que florescia uma pouca de hortelã, com que enramou a casa para o receber, e lançando-lhe a bênção, lhe dissera que lhe fizesse outra casa e se tirasse daquela antes de seis meses. No fim deles, explica, queimou-se essa casa, com perda de alguma sua fazenda*”. Presenciaram também o episódio do florescimento da hortelã Antônio Raposo, o velho (casado com Isabel de Góis) e Mateus Luís Grou que afirmou: ao chegar Anchieta a Ibirapuera foi ele testemunha com os moços da Escola e viu com os próprios olhos que a hortelã que estava naquele sítio, onde Anchieta fora recebido, não tendo flor nenhuma, floresceu com sua vinda. “*E não sendo tempo de figos nem de uvas, indo buscar alguma fruta acharam uvas e figos*”⁹.

Em companhia da primeira mulher, Maria Gonçalves, conviveu Clemente Álvares com o Padre José de Anchieta durante toda sua permanência na Capitania de S. Vicente.

Segundo os autores, ainda continuava na atividade da descoberta de minas em 1634. Em 1639, exerceu o cargo de juiz ordinário em Parnaíba (INV. E TEST., X, 484).

Faleceu sem testamento, com o inventário aberto nessa vila e teve em sufrágios trinta e duas missas. No inventário, entre os bens, houve: quatro casas de telha com vários lances (uma com sete portas e um meio sobrado) três cartas de sesmarias, cartas de chãos na vila, somando o partível 259\$000 (sem as terras) com 126 administrados (INV. E TEST., XIV, 93).

Pais de:

- 1(IV)- CATARINA GONÇALVES, n. por 1593, C. por 1609 c. BENTO DE OLIVEIRA.
- 2(IV)- MARIA GONÇALVES, n. por 1595, C. antes de 1623 c. LOURENÇO NUNES, com dote do pai (Revista da ASBRAP nº 12, p. 84).
- 3(IV)- CAP. ÁLVARO RODRIGUES DO PRADO, n. por 1597, C. cerca de 1630 c. MARIA RODRIGUES GÓIS, n. em 1610 (Revista da

⁹ VIOTTI, Padre Hélio Abranches, SJ. *O Processo Remissional de 1627-1628 em São Paulo Relativo à Canonização de Anchieta*. RAMSP, CLIX, 1957, p. 200.

ASBRAP nº 6, p. 217). Obteve sesmaria em 1639 (SESM., I, 314).

§ 3º

- III- MARGARIDA GONÇALVES, n. por 1590, fª de Baltazar Gonçalves, do § 2º nº II. C. por 1607 c. o CAP. FRANCISCO ÁLVARES CORREIA (o velho) natural de Portugal (Revista da ASBRAP nº 10, p. 172 e nº 12, p. 100). Residiram na vila de Mogi das Cruzes onde faleceu Margarida Gonçalves antes de 1633, ano em que casou o viúvo com Guiomar de Alvarenga (dos Castilhos e Alvarengas, do Rio de Janeiro). Obteve em 1617, com seus cunhados Gonçalo Vogado e Luís de Albernaz, sesmaria nos limites de Gerebatiba (SESM., I, 227).

Em 1639, exerceu o cargo de juiz ordinário e de órfãos em Mogi das Cruzes (DAESP, inventários - Mogi das Cruzes). Faleceu em data não conhecida nessa vila ou Taubaté. Sua mulher no estado de viúva ainda vivia em 1670 (AHMFG).

Pais de, ao menos (título Álvares Correia):

- 1 (IV)- CAP. BALTAZAR CORREIA, n. em Mogi das Cruzes, C.c. ISABEL AFONSO – segue.
- 2 (IV)- INÊS MOREIRA C.c. ANTÔNIO DE ALVARENGA - § 4º.
- 3 (IV)- (?) ISABEL CORREIA C.c. JOÃO PEDROSO DE MORAIS (S.L., VII, 147).

- IV- CAP. BALTAZAR CORREIA, n. por 1608, C. em S. Paulo a de junho (?) de 1634 c. ISABEL AFONSO, n. por 1618, irmã de Pascoal Dias Rodrigues (juiz ordinário em Jundiá em 1667) ambos filhos de Pascoal Dias (da governança de S. Paulo e provedor da Misericórdia em 1633) e de s/m. Filipa Rodrigues (Revista da ASBRAP nº 8, p. 179).

Em 1639, obteve duas sesmarias (SESM., I, 294 e 474). Em 1646, exerceu em Mogi das Cruzes o cargo de juiz ordinário e de órfãos (DAESP, Mogi das Cruzes). Faleceu sua mulher com testamento em que dispôs cinquenta missas e foi inventariada em 1641; arrolaram-se trinta e quatro administrados (INV. E TEST., XXVIII, p. 133).

Pais de:

- 1 (V)- MARGARIDA, n. em 1635.
- 2 (V)- CAP. SALVADOR CORREIA, n. em 1636, C. por 1660 c. HELENA DA SILVA, bat. a 21 de setembro de 1642, fª de André Bernal

(que deve ser o juiz ordinário e de órfãos de Mogi das Cruzes em 1680) e de s/m. Domingas Ribeiro (irmã do Cap. João do Prado Martins) n.p. de João Bernal (creio espanhol) e de s/m. Helena Gonçalves (irmã do Cap. Diogo Gonçalves Penedo) e bisneta de Diogo Penedo e de s/m. Helena Gonçalves. Entre seus filhos:

VI- MARIA DA LUZ CORREIA, n. por 1665, 2ª mulher do ALCAIDE MOR BRÁS ESTEVES LEME (juiz ordinário em Guaratinguetá em 1675) fº do Cap. Brás Esteves (juiz ordinário na mesma vila em 1651) e de s/m. Margarida Bicudo de Brito.

3 (V)- MARIA, n. em 1637.

4 (V)- ISABEL, n. em 1639.

5 (V)- FRANCISCA CORREIA MOREIRA, bat. em S. Paulo a 14 de outubro de 1640, C. por 1660 c. o CAP. MATEUS MARTINS DO PRADO, bat. em S. Paulo a 19 de maio de 1641, fº dos referidos André Bernal e de s/m. Domingas Ribeiro. Entre seus filhos:

VI- CAP. BALTAZAR CORREIA MOREIRA, n. em Guaratinguetá em 1676, casado em 1697 com FABIANA DA COSTA RANGEL, sua parenta consanguínea em 4º grau, fª de Francisco Nunes da Costa e de s/m. Lucrecia Leme Barbosa (ACMSP).

§ 4º

IV- INÊS MOREIRA (fª de Margarida Gonçalves, do § 3º nº III), n. por 1615 (em Mogi das Cruzes ?) C. por 1635 c. ANTÔNIO ALVARENGA, n. por 1608, sesmeiro com seu cunhado Cap. Baltazar Correia e com Simão Machado, em 1639, em Taubaté (Revista da ASBRAP nº 12, p. 87).

Pais de, ao menos (ACMSP):

1 (V)- MARIA MOREIRA, n. por 1640, C.c. MANUEL FERNANDES AGOSTIM.

2 (V)- ANTÔNIO DE ALVARENGA, n. em 1644 em Taubaté, C. em 1662 em Mogi das Cruzes c. ISABEL BICUDO, n. por 1646, fª do Cap. Gaspar Vaz Madeira e de s/m. Catarina Bicudo.

3 (V)- ASCENSA MOREIRA, n. por 1645, C.c. (?) AGUIAR (apelido usado por uma filha sua).

4 (V)- MARIA DE ALVARENGA, n. em Jacareí por 1648, C. por 1665 c. o CAP. SEBASTIÃO BICUDO, n. em S. Paulo, em 1639, fº do Cap. Gaspar Vaz Madeira e de s/m. Catarina Bicudo. Faleceu Maria

de Alvarenga em 1733, com testamento, na “*vila de Nossa Senhora da Conceição do Paraíba e Jacareí*”; seu marido havia falecido em 1727. Tiveram sete filhos (DAESP) entre os quais:

- VI- A FREIRA MÉCIA BICUDO, chamada, segundo os costumes da época, a Beata Mécia de Jesus, que compareceu como madrinha em diversos batismos em Jacareí (Arquivo Eclesiástico).

§ 5º

- II- BRÁS GONÇALVES, o velho, n. em S. Vicente por 1545 (filho de Mestre Bartolomeu Gonçalves e de s/m. Antônia Rodrigues - § 1º nº I) C. nessa vila por 1565 c. MARGARIDA FERNANDES, n. por 1550, fª de Fernão Álvares e de s/m. Margarida Marques, povoadores da Capitania.

Era sua mulher irmã de Maria Álvares C.c. Baltazar Gonçalves, ambos depoentes nos processos de beatificação do Padre José de Anchieta em 1622 e 1627 (Revista da ASBRAP nº 3, p. 22 e 28).

Passou a residir em S. Paulo onde exerceu, em 1579, o cargo de almotacel (ACCSP, I, 129) e obteve do sogro nos campos da vila uma data de terras partindo com Brás Eanes, a qual, em 1595, foi pedida por Henrique de Araújo como devoluta, em requerimento ao Cap. Mor Salvador Correia de Sá, governador do Rio de Janeiro¹⁰.

Segundo os autores, participou de quatro entradas ao sertão entre os anos de 1596 e 1610. Em 1603, por morte do filho Brás Gonçalves, o moço, na bandeira do Guairá em que seguiam, serviu como testamenteiro e aceitou a tutoria dos netos. Faleceu entre os anos de 1615 e 1620. Não é conhecida a data de falecimento da mulher, Margarida Fernandes, sendo referido seu inventário no testamento do filho Brás Gonçalves, o moço (INV. E TEST., XXVI, 13). Ignora-se a origem do apelido Málio do filho Baltazar e de alguns seus descendentes¹¹ suposto por adoção ou de um segundo casamento do pai (a esclarecer).

Pais de, ao menos:

¹⁰ “*Tombo das Cartas das Sesmarias do Rio de Janeiro, 1594-1595 e 1602-1605*”, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1967.

¹¹ Segundo os autores, depois do ano de 1556, fez contrato de feitor da usina de açúcar S. Jorge, dos Schetz, em S. Vicente, João Batista Málio, europeu, casado, pai de Luís Málio e outros.

- 1 (III)- ANDRÉ GONÇALVES, n. por 1566, C.c. ISABEL BOTELHO, n. por 1570 (Revista da ASBRAP nº 10, p. 164).
- 2 (III)- BRÁS GONÇALVES, o moço, n. por 1567 – segue.
- 3 (III)- DOMINGOS GONÇALVES, n. por 1569, mencionado no testamento de seu irmão Brás Gonçalves, ainda estaria vivo em 1648. Esteve na bandeira de 1603 com o pai e o irmão Brás.
- 4 (III)- PEDRO GONÇALVES, n. por 1571, C. por 1604 c. ISABEL GOMES (segundo Silva Leme) filha de Matias Gomes. Faleceu em 1628 e deixou cinco filhos e cinco filhas, sendo nomeada a viúva curadora dos órfãos (INV. E TEST., VII, 376).
- 5 (III)- CAP. BALTAZAR GONÇALVES MÁLIO, n. em 1573, C.c. JERÔNIMA FERNANDES, viúva de Francisco da Gama - § 6º.

III- BRÁS GONÇALVES, o moço, n. por 1567, C. depois de 1590 c. CATARINA DE BURGOS, n. por 1575, fª de André Burgos Jesus (almotacel em 1583) e de s/m. Maria Rodrigues, provável irmã de Isabel Velho C.c. o Cap. Jorge Moreira (Revista da ASBRAP nº 6, p. 210) e ambas filhas de Garcia Rodrigues e de s/m. Isabel Velho, naturais de Portugal.

Seguiu com o pai na bandeira do Cap. Nicolau Barreto ao Guairá em 1602, e faleceu no ano seguinte, com testamento, nos limites do sertão dos temiminós. Foi aberto seu inventário no sertão pelo Cap. Mor da bandeira, em julho de 1603, e em S. Paulo, em setembro de 1604, pelo juiz de órfãos Bernardo de Quadros, na fazenda do falecido, em Gerebatiba, com a viúva, inventariante.

Menciona no testamento seus pais e sogros, a mulher e os filhos. Dispôs por sua alma missa cantada e um ofício de três lições e mais oito missas em louvor a Nossa Senhora do Rosário e do Carmo, a todos os Santos e outras, todas com seus responsos. Nomeou o pai testamenteiro e tutor dos netos. Referiu-se aos irmãos Domingos Gonçalves e Baltazar Gonçalves sobre dívidas ativas de outras pessoas. Escreveu o testamento e um apenso Francisco Nunes Cubas, assinados com o testador e oito testemunhas, entre os quais o tio Baltazar Gonçalves (o velho) Matias Gomes e Jorge Rodrigues.

No inventário somaram sete os administrados, sendo feita a partilha dos bens em casa de Maria Rodrigues, mãe da viúva (INV. E TEST., XXVI, 5). Casou a viúva Catarina de Burgos com João Gomes de Meireles (sem geração) e faleceu em 1634. Deixou testamento escrito por Manuel Fernandes Velho e assinado a rogo por Domingos Afonso, filho do falecido André de Escudeiro. Dispôs seu sepultamento na matriz, na tumba

da Misericórdia, e a celebração de sete missas, em louvor ao Santíssimo Sacramento, a Nossa Senhora da Conceição, do Rosário, e por outras devoções. No inventário foram declarados, pelo viúvo testamenteiro, sete administrados, sítio, roças, etc. (INV. E TEST., IX, 275).

Pais de:

1 (IV)- BARTOLOMEU, n. por 1593¹² confundido na Genealogia Paulistana com um morador vindo da Capitania do Espírito Santo (Revista da ASBRAP nº 15, p. 188). Teria falecido antes de 1634.

2 (IV)- ANDRÉ DE BURGOS, n. por 1595, C.c. CATARINA DE OLIVEIRA. Faleceu em 1629 com testamento em S. Paulo, sem geração. Deixou a mãe como herdeira. Pediu seu sepultamento na igreja matriz e dispôs missas a Nossa Senhora da Conceição, do Carmo, do Rosário e outras e após um mês um ofício de três lições.

Possuía cinco “*serviços*” do gentio da terra e devia-lhe o sogro o dote de casas de telha na vila e na roça, dois administrados, etc. O testamento, escrito e aprovado pelo tabelião Ambrósio Pereira, foi assinado pelo testador e por João Gomes de Meireles, testamenteiro, com sete testemunhas, entre as quais Manuel Álvares Preto, Diogo Barbosa e Domingos Barbosa (INV. E TEST., VII, 510).

3 (IV)- GABRIEL RODRIGUES, n. por 1597, C. na Sé do Rio de Janeiro, a 21 de Janeiro de 1619, c. ISABEL JOÃO, n. nessa cidade por 1603, fª de Gaspar João e de s/m. Luzia Machado, já falecidos, conforme escreveu Carlos Rheingantz (PFRJ, II, 286 e 365).

Segundo Carvalho Franco, seguiu Gabriel Rodrigues em várias entradas ao sertão tendo reunido muito gentio (DIC. BAND.).

Faleceu em S. Paulo em 1633 com testamento assinado, escrito por Francisco Barbosa e aprovado pelo tabelião Calixto da Mota; entre as testemunhas, Simão Machado e André Botelho. Mencionou a mulher, as três filhas e o padrasto, testamenteiro. Seu sepultamento seria na igreja matriz e por sua alma dispôs duas missas a S. Miguel e duas a Nossa Senhora do Rosário.

Foram arrolados no inventário dezoito administrados (INV. E TEST., IX, 176). Serviram como curadores dos órfãos,

¹² Ver no processo original se, por erro paleográfico, o nome Belchior saiu transcrito Bartolomeu. Belchior Fernandes (referido na Revista da ASBRAP nº 6, p. 217) seria neto, não filho, de Brás Gonçalves, o velho.

em 1633, João Gomes de Meireles, com o fiador Manuel Álvares Preto; em 1635, seu tio Brás Gonçalves, falecido em 1636, e de 1637 em diante João Mendes, com o fiador Miguel Garcia Carasco, casado com a viúva Isabel João (que são os pais do Cap. Mor Miguel Garcia Lumbria, governador da Capitania de Itanhém).

Pais de:

- 1 (V)- MARIA, n. em 1621.
- 2 (V)- CATARINA, n. em 1625.
- 3 (V)- MARGARIDA, n. em 1630.

- 4 (IV)- BRÁS GONÇALVES, n. por 1603 ou antes, C. na Sé de S. Paulo, a 9 de janeiro de 1633, c. INOCÊNCIA RODRIGUES, n. por 1613, fª de Manuel Fernandes Gigante e de s/m. Agostinha Rodrigues, falecida em 1633 (INV. E TEST., IX, 89) por esta, neta do Cap. Francisco Rodrigues Velho (n. em 1569) provedor dos quintos reais de Sua Majestade, e de s/m. Brígida Machado (Revista da ASBRAP nº 6, p. 218). Faleceu sem testamento em 1636, no sertão dos carijós, chamados Arachãs, numa bandeira sob o comando do Cap. Diogo Coutinho de Melo, imediato do Cap. Mor Antônio Raposo Tavares.

Foi aberto o inventário pelo capitão da bandeira no sertão e em S. Paulo pelo juiz de órfãos Dom Francisco Rendon de Quebedo. Entre os bens, houve um sítio e terras no Ipiranga, com casas de taipa de mão e telha, por escritura, e oito administrados. Recebeu a curadoria dos órfãos o avô Manuel Fernandes Gigante (INV. E TEST., XXVI, 43).

Pais de:

- 1 (V)- ISABEL, n. em 1634.
- 2 (V)- MIGUEL, n. em 1635.
- 3 (V)- AGOSTINHA, n. em 1636.

- 5 (IV)- MARGARIDA GONÇALVES DA SILVA, n. por 1600, C. na Sé do Rio de Janeiro, a 4 de fevereiro de 1620, c. MANUEL ÁLVARES PRETO, n. por 1590, fª de Antônio Álvares e de s/m. Joana de Reboredo, moradores nessa cidade, mencionados por Carlos Rheingantz (PFRJ, I, 46).

Passaram a residir alguns anos depois na vila de S. Paulo, onde faleceu Manuel Álvares Preto em 1665 (DAESP); sua mulher lhe sobreviveu.

Pais de, ao menos:

- 1 (V)- BARTOLOMEU, bat. no Rio de Janeiro a 27 de outubro de 1620 (Rheingantz, id.).
- 2 (V)- MARIA, bat. na mesma cidade a 20 de janeiro de 1622 (id.).
- 3 (V)- JOÃO GOMES, bat. na mesma cidade a 24 de março de 1625 (id.) C.c. CATARINA DA COSTA, segundo Silva Leme.
- 4 (V)- JOANA DE REBOREDO C.c. MANUEL FERNANDES BARROS – segue.
- 5 (V)- ANTÔNIO ÁLVARES, n. por 1629.
- 6 (V)- BRÁS GONÇALVES, n. por 1632.

- V- JOANA DE REBOREDO, n. por 1627, C. em S. Paulo a de abril de 1643 c. MANUEL FERNANDES BARROS, natural de S. João da Foz, Portugal, fº de Antônio Fernandes Barros e de Maria de Barros. Foi morador em S. Paulo onde faleceu com testamento e disposições pias em 1683; referiu-se à sogra Margarida Gonçalves, ao defunto sogro Manuel Álvares Preto, ao cunhado Brás Gonçalves e nomeou testamenteiros sua mulher e o filho André Fernandes Barros (DAESP).

Faleceu Joana de Reboredo com testamento e disposições pias em 1688 (testamento anexo ao do marido).

Pais de, em 1683 (as idades pouco mais ou menos):

- 1 (VI)- ANTÔNIO FERNANDES, casado.
- 2 (VI)- ANDRÉ FERNANDES BARROS, casado.
- 3 (VI)- MANUEL FERNANDES, com 22 anos de idade.
- 4 (VI)- SALVADOR FERNANDES, com 20 anos de idade.
- 5 (VI)- JOAQUIM FERNANDES, com 18 anos de idade.
- 6 (VI)- JOÃO FERNANDES, com 16 anos de idade.
- 7 (VI)- ANTÔNIA PRETO C.c. DOMINGOS RIBEIRO MONIZ.
- 8 (VI)- MARIA DE BARROS C.c. MANUEL RIBEIRO.
- 9 (VI)- MARGARIDA GONÇALVES, com 14 anos de idade..
- 10 (VI)- CATARINA DE BURGOS, com 11 anos de idade. (reviveu o nome da bisavó).

11 (VI)- ANA FERNANDES, com 8 anos de idade.

§ 6º

III- CAP. BALTAZAR GONÇALVES MÁLIO (fº de Brás Gonçalves, o velho, do § 5º nº II), n. em 1573, C. cerca de 1601 (INV. E TEST., I, 345) c. JERÔNIMA FERNANDES, n. por 1578, viúva de Francisco da Gama, filha de André Fernandes e de s/m. Maria Pais e irmã do Cap. João Pais, pessoa da governança eleita de S. Paulo e juiz ordinário em 1657 (Revista da ASBRAP nº 6, 212).

Referido em 1619 como Baltazar Gonçalves, o moço, em distinção a seu tio, Baltazar Gonçalves, o velho, que ainda vivia, casado Maria Álvares, e teve nesse ano o cargo de tutor de dois órfãos, sobrinhos de sua mulher, declarada no termo mulher nobre e honrada (INV. E TEST., XXX, 205). Segundo Carvalho Franco, foi sertanista de renome no seiscentismo e tomou parte nas bandeiras de 1615, a Santa Catarina, ao Guairá, em 1628, 1630 e 1636 e ao sul em 1637 (DIC. BAND.).

Em 1628, em S. Paulo, com seu genro Miguel Garcia Carrasco, recebeu o encargo de avaliador no “*Inventário da fazenda de Cornélio de Arzão, mandado fazer pela Inquisição*” (INV. E TEST., XII, 69). Cornélio de Arzão estava seguindo a religião reformada¹³.

Faleceu sua mulher Jerônima Fernandes em 1630, com testamento, estando seu marido ausente no sertão. Pediu ser enterrada na igreja de Nossa Senhora do Carmo, na sepultura de sua mãe, com o acompanhamento do padre vigário, dos religiosos do Carmo, dos irmãos e provedor da Misericórdia. Dispôs missa cantada, no dia de seu falecimento, com seu responso, e missas em louvor a Nossa Senhora do Carmo, do Rosário e da Conceição, e outras. No inventário foram arrolados cerca de vinte administrados e um sítio com três lances de casas (INV. E TEST., VIII, 235).

Casou o viúvo a 2 de maio de 1639 com JERÔNIMA DIAS e faleceu depois, em 1659. Nesse ano, aos oitenta e seis anos de idade, depôs em S. Paulo como testemunha no juízo de órfãos (INV. E TEST., VI, 479).

Pais de:

¹³ Cornélio de Arzão conseguiu se reabilitar do processo e faleceu em 1638, com inventário aberto em S. Paulo. Entre os bens avaliados houve: duas casas na vila, casa em Santos, sítio com casas de taipa de pilão e telha, gado vacum e dívidas ativas, somando o monte partível pouco mais de 500\$000 e, em acréscimo, cem administrados (INV. E TEST., XII, 27).

- 1 (IV)- MARGARIDA FERNANDES, n. cerca de 1602, C. por 1616 c. MIGUEL GARCIA CARRASCO, natural de Sevilha, de quem foi a primeira mulher (S.L. título Carrascos).
- 2 (IV)- ANA GONÇALVES, n. cerca de 1603, C. por 1618 c. RAFAEL DIAS ROLDÃO, falecido em 1625 com testamento e disposições pias (INV. E TEST., VI, 429). Casou a viúva em 1629 c. JORGE FERNANDES (id., 462). Pais de:
- 1 (V)- ISABEL, n. em 1619.
- 2 (V)- MARIA, n. em 1622.
- 3 (V)- RAFAEL DIAS, n. em 1625 (id., 468).
- 3 (IV)- ESTEVÃO GONÇALVES, n. por 1606, C. por 1631 c. PÁSCOA DA PEÑA. Faleceu no sertão, com testamento e disposições pias, em 1637, e foi inventariado em S. Paulo (INV. E TEST., XI, 197). Pais de:
- 1 (V)- DOMINGOS, n. em 1632.
- 2 (V)- BALTAZAR, n. em 1634.
- 3 (V)- UM POR NASCER.
- 4 (IV)- CAP. JOÃO PAIS MÁLIO, n. em 1609, C.c. ANTÔNIA DIAS PRETO – segue.
- 5 (IV)- ISABEL FERNANDES, n. por 1616, C. a 9 de julho de 1634 c. ANTÔNIO DOMINGUES, n. em 1615, fº de Pedro Domingues Francês falecido em 1633, e de s/m. Madalena Fernandes; com geração (INV. E TEST., VIII, 34).
- 6 (IV)- BALTAZAR GONÇALVES MÁLIO, n. em 1621 (INV. E TEST., VI, 479) C. a de janeiro de 1643 c. DOMINGAS DE ABREU¹⁴, n. cerca de 1617, viúva de Antônio da Silveira¹⁵. Em 1677, serviu o cargo de vereador (ACCSP, VI, 434).

Domingas de Abreu era irmã de Antônio Domingues (INV. E TEST., XI, 250 e 261) ambos filhos de Pedro Domingues Francês falecido em 1633, com testamento e disposições pias (INV. E TEST., IX, 189, 208 e 211) e de s/m. Madalena Fer-

¹⁴ O nome de Domingas de Abreu saiu com erros de transcrição no inventário impresso de seu pai (INV. E TEST., IX, 190 e 208).

¹⁵ Antônio da Silveira faleceu no sertão do Rio Grande, em 1638, na bandeira do Cap. Fernão Dias Pais. Fez testamento, com disposições pias, aprovado pelo escrivão do arraial, Romão Freire, por ordem do capitão. Deixou o filho póstumo Pedro da Silveira, n. em 1638, que vivia em 1673 (INV. E TEST., XI, 239, 263 e 301).

nandes¹⁶ que deve ser uma das últimas filhas de Manuel Fernandes (Ramos) natural de Portugal, e de s/m. Susana Dias, esta, n. em S. Vicente em 1552, depôs no Processo Informativo de S. Paulo para a beatificação do Padre Anchieta, em 1622.

Domingas de Abreu e o primeiro marido não quiseram herdar no inventário do pai e sogro, em 1633. Viúva em 1638, passou a viver com a mãe (INV. E TEST., IX, 198 e 211) até janeiro de 1643; com geração.

- IV- CAP. JOÃO PAIS MÁLIO, n. em 1609, foi morador na vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiá por alguns anos onde serviu o cargo de vereador em 1657¹⁷. Em S. Paulo, em 1677, depôs no processo de genere de Francisco Ribeiro Baião, seu parente em grau remoto (ACMRJ).

Casou em S. Paulo a 26 de setembro de 1633 c. ANTÔNIA DIAS PRETO, n. por 1617, f^a de Antônio Jorge¹⁸ e de s/m. Petronilha Rodrigues Antunes; n.p. de Francisco Jorge e de s/m. Antônia Dias (Arenço) irmã de Antônio Dias Arenço (INV. E TEST., IV, 347 e 373) juiz ordinário em Mogi das Cruzes, em 1627, e tia de Domingos Arenço Botelho, juiz ordinário em Taubaté em 1663; n.m. do Mestre de Campo Manuel Preto (capitão mor bandeirante, governador da Ilha de Santa Catarina e instituidor, em 1615, da capela de Nossa Senhora da Esperança, na vila de S. Paulo) e de sua mulher Agueda Rodrigues, esta, irmã do Cap. Pedro Madeira, juiz ordinário em S. Paulo em 1630.

Antônio Jorge, no inventário acima citado (p. 365) refere a seu tio Pedro Madeira e, em 1629, no inventário de Gaspar Barreto (casado com Lucrecia Leme) figurou seu nome, num rol de 238 devedores, como genro de Manuel Preto (INV. E TEST., VIII, 36).

¹⁶ Madalena Fernandes, n. por 1591, era irmã de Estevão Fernandes, n. por 1587 e “tia” de Pascoal Dias Rodrigues (INV. E TEST., IX, 200, 215 e 223). Este, filho de Pascoal Dias (da governança de S. Paulo) e de s/m. Filipa Rodrigues, casado com Margarida Rodrigues Antunes, filha de Manuel Antunes e de s/m. Inocência Rodrigues, que era irmã de Agostinha Rodrigues, mulher de Manuel Fernandes Gigante, irmão de Estevão Fernandes, de Madalena Fernandes e de outros (creio daí o parentesco).

¹⁷ MAZZUIA, Mário. Jundiá Através de Documentos. Campinas, SP: Editora Palmeiras Ltda, 1976.

¹⁸ Na Revista da ASBRAP nº 8, 207, em nota 5, elimine-se onde diz: Antônio Jorge, irmão de Francisco Jorge, o moço; podiam ser parentes, mas Antônio Jorge era filho único de seu pai.

Por falhas na documentação seiscentista, Petronilha Rodrigues Antunes teve seu nome omitido pelos autores na citação dos filhos do Cap. Mor Manuel Preto e de s/m. Agueda Rodrigues; era neta paterna dos portugueses Antônio Preto e s/m. Antunes e neta materna de Gonçalo Madeira, português (da nobreza eleita) e de s/m. Clara Parenta, a velha, da família Dias Arengo, de Portugal (título Dias).

Faleceu o Cap. João Pais Málio em Mogi das Cruzes, em 1692, com testamento escrito por ele próprio a 22 de fevereiro. Fez disposições pias e pediu ser sepultado na igreja de Nossa Senhora do Carmo, com o acompanhamento costumeiro; nomeou testamenteiros, o filho Padre Francisco Jorge e o genro João Dias de Vergara e como procurador de sua mulher o genro Sebastião Fernandes Preto (testamento aberto pelo Padre Vigário Jorge Moreira e pelo Juiz Ordinário e de Órfãos Francisco Ribeiro de Lima, a 30 de junho).

No inventário, entre os bens houve: setecentas braças de terras, na vila de S. Paulo, chãos, terras de um sítio, sesmaria de uma légua na vila de Jundiaí, do rio “*Atibaia*” correndo para a banda de “*Capibari*”, defronte da matriz da dita vila, e seis administrados.

Faleceu sua mulher em 1704, com um apontamento escrito a rogo por Domingos de Cândia Macedo (aberto a 9 de junho pelos Padres Francisco Jorge e Bernardo Sanches de Aguiar). Declarou todos seus filhos, vivos e falecidos.

Seria seu corpo sepultado no Convento, em adjunto com a sepultura de seu marido, acompanhado pela cruz da matriz e das almas. Dispôs missas a Nossa Senhora do Carmo, a Santo Antônio, S. Francisco, Santa Ana e S. Miguel. Possuía quatro “*foligos*” e um mameluco ausente (DAESP).

Tiveram quatorze filhos (Revista da ASBRAP nº 6, p. 215) entre os quais:

- 1 (V)- PADRE FRANCISCO JORGE PRETO, bat. em S. Paulo a 30 de maio de 1652, que se ordenou sacerdote secular no Rio de Janeiro, em 1680, sendo qualificado no processo de *genere et moribus* “*cris-tão velho pelos quatro costados*” (ACMSP). Segundo o processo, era parente do Cap. Manuel Rodrigues de Moraes, n. em 1621, em sexto grau. Exercia em 1690 o cargo de vigário de Guaratinguetá, em sucessão ao Padre João da Costa (INV. E TEST., XXIII, 10).

- 2 (V)- SIMÃO JORGE PAIS, bat. a 10 de novembro de 1647. Seu nome lembra o trisavô Simão Jorge, de Portugal (juiz ordinário em 1563) C.c. AGOSTINHA RODRIGUES (S.L., título Jorges Velhos).
- 3 (V)- ANTÔNIO JORGE PRETO, com o nome de Antônio Pais Málio, foi clérigo (NPHG, I, 295).
- 4 (V)- JERÔNIMA FERNANDES PRETO C.c. MATIAS MACHADO CASTANHO, natural de Portugal, referidos por Pedro Taques (NPHG, I, 295) e por Silva Leme.
- 5 (V)- ANTÔNIA DIAS PRETO C.c. João Dias de Vergara. Existiu em Mogi das Cruzes o Cap. Mor Estevão Dias de Vergara C.c. MARIA PINTO DE ALVARENGA (S.L., I, 53, 5-2). No inventário de João de Torres, nessa vila, em 1689, na justificação do herdeiro menor Antônio Torres de Macedo, para receber a folha de partilha, depôs em 1698, como testemunha, Estevão de Vergara, de 38 anos de idade, que assinou o termo (DAESP) pessoa a identificar.

§ 7º

- II- GONÇALVES, n. por 1549 (fª de M. Bartolomeu e de s/m. Antônia Rodrigues, do § 1º nº I) C. por 1565 c. JOÃO PIRES, o ruivo, n. em Portugal por 1530, morador em Santos onde servia o cargo de alcaide em 1560 (RIHGSP, XLIV, p. 224 e 226). Possuía terras na região da Bertioga, limitando com uma sesmaria de Antônio Gonçalves dos Quintos, e era já falecido em 1579 (Ordem do Carmo, ANRJ).

Seriam seus parentes Salvador Pires, o ruivo, Salvador Pires de Medeiros e Antônio Pires, todos testemunhas no testamento de Francisco de Proença em 1638 (INV. E TEST., XI, 429 e 430) e Antão Pires de Medeiros, tabelião em Paratí em 1672, etc., fº do Cap. Salvador Pires de Medeiros, o moço (AHMFG). Pais de, ao menos:

- III- ANTÃO PIRES, n. por 1568 C. por 1593 c. BÁRBARA MENDES, n. por 1578, fª de André Mendes e de s/m. Isabel Afonso, a moça. Faleceu com testamento (a mulher nomeada testamenteira) e foi inventariado em 1600 (INV. E TEST., I, 323). Pediu seu sepultamento na igreja de Nossa Senhora do Carmo, com a celebração de missa de um ofício de três lições, pelo padre vigário. Dispôs missas em louvor à Paixão de Cristo, a Nossa Senhora da Conceição, e a Santo Antão, S. Miguel, S. Sebastião e Santo Antônio; es-

creveu o testamento Sebastião Leme e o assinou (por não poder assinar o testador) com cinco testemunhas.

Deixou, entre os bens, terras nos matos de Mestre Bartolomeu e nos campos de Gerebaty e quatro administrados. Serviu como curador dos órfãos o tio Baltazar Gonçalves, o velho.

Casou a viúva com Baltazar Alves, falecido no sertão e inventariado em 1613, sem geração (INV. E TEST., I, 309).

Pais de:

- 1 (IV)- JOÃO (PIRES) n. por 1594.
- 2 (IV)
- 3 (IV)- (faltam partes com nomes).

§ ... (a identificar)

- (?)- MARIA GONÇALVES, n. em 1589/90, na dúvida se neta ou bisneta de Mestre Bartolomeu Gonçalves, C. em 1603 com MANUEL RODRIGUES, n. por 1575, que poderia ser o sertanista que figurou em diversas bandeiras, entre os anos de 1602 e 1615 (DIC. BAND.). Em São Paulo deu uma casa ao Padre a pedido de Brás Cardoso.

Faleceu Manuel Rodrigues em 1646, com testamento e disposições pias, e foi inventariado em S. Paulo. Pediu seu sepultamento no Convento de S. Francisco e dispôs um ofício de nove lições e quinze missas, ao Santíssimo Sacramento e a Nossa Senhora da Conceição. Era membro da confraria da Misericórdia.

Pelo inventário, deviam-lhe algumas pessoas, entre as quais seu neto Vicente Bicudo e o cunhado Domingos Gonçalves. Na avaliação dos bens figuram casas de taipa de pilão e telha, defronte à casa de Cosme da Silva, dois lances de chãos partindo com casas de Madalena Fernandes, viúva de Pedro Domingues Francês, chãos no caminho de S. Bento, limitando com Pedro Domingues, casa na rua de Santo Antônio para S. Bento, sítio com casas de taipa de mão e telha; somaram quinze os administrados. Desistiram os treze irmãos de herdar e passaram a fazenda toda junta à viúva, nomeada pelo juiz de órfãos, D. Simão de Toledo, tutora e curadora dos filhos, servindo como fiador e principal pagador Cosme da Silva (INV. E TEST., XXXIII, 99).

Faleceu Maria Gonçalves em 1672, com testamento e disposições pias (id., 115). Seria sepultada na igreja de S. Bento, seu corpo em hábito franciscano, com o acompanhamento das cruces de Nossa Senhora do Rosário, da Conceição, das almas e do Santíssimo, e pelos clérigos presentes

na vila. Encomendou por sua alma vinte missas: ao Santíssimo Sacramento, a Nossa Senhora do Rosário, a Nossa Senhora de Monserrate, em S. Bento, e outras (testamento escrito e assinado por Luís Fernandes Francês).

Entre os bens do inventário: chãos para três lances de casas, partindo com chãos de Baltazar Gonçalves Málio, defronte à casa de Geraldo da Silva, e um sítio com três lances de casas velhas, em Samambatiba. Não houve partilha e doaram os herdeiros o monte arrolado à sua irmã Luzia, solteira, sem bens.

Pais de quatro filhos e nove filhas (era sempre grande a descendência dos povoadores):

- 1 (IV)- PAULA GONÇALVES, n. cerca de 1604, C. em 1618 c. DOMINGOS NUNES BICUDO, fº de Antônio Bicudo (o velho) e de s/m. Isabel Rodrigues. Já era viúva em 1637 e faleceu antes de 1672; com geração.
- 2 (IV)- MANUEL RODRIGUES, n. em 1606, casado. Foi tutor de sua irmã Luiza, em 1672.
- 3 (IV)- JOÃO BATISTA, n. em 1608, testamenteiro de sua mãe com o cunhado João Dias. Seu nome parece lembrar os Málios.
- 4 (IV)- ÂNGELA RODRIGUES, n. em 1610, C. por 1626 c. o ALFERES SIMÃO ÁLVARES (pessoa a identificar) que não é Simão Álvares, o moço (Revista da ASBRAP nº 8, p. 172 e 187).
- 5 (IV)- LUIZA RODRIGUES, n. em 1614, primeira mulher de BELCHIOR BARREIROS, fº de Gaspar Barreiros, natural de Braga, e de s/m. Margarida Antônia.
- 6 (IV)- ISABEL DIAS, n. em 1617, C.c. BENTO ANTUNES. Em 1672 estava casada segunda vez com SEBASTIÃO VELHO.
- 7 (IV)- MARIA GONÇALVES, n. em 1620, C. depois de 1646 c. JOÃO DA ROCHA.
- 8 (IV)- CATARINA BRÁS (nome pelos títulos dos herdeiros) n. em 1622, C. depois de 1646 e já viúva em 1672. No inventário de Gaspar Barreto, em 1629, outra Catarina Brás aparece entre os 238 devedores (INV. E TEST., VIII, 23 e 45).
- 9 (IV)- ANTÔNIA DE ALMEIDA, n. em 1624, C. depois de 1646 c. PEDRO TEIXEIRA.
- 10 (IV)- ANA (RODRIGUES) DE SIQUEIRA, n. em 1626, C. depois de 1646 c. JOÃO DIAS.
- 11 (IV)- PASCOAL RODRIGUES, n. em 1628.

12 (IV)- LUZIA DE SIQUEIRA, n. em 1631, solteira em 1672.

13 (IV)- ANTÔNIO RODRIGUES, n. em 1633, ausente em 1672.